

Racismo no Brasil: invisibilidades e enfrentamento a formas de dominação

Jeferson Santos da Silva

Instituto do Negro de Alagoas – INEG/AL

O estado de Alagoas possui uma particularidade quanto ao que podemos chamar de invisibilidade da população negra local. Tal particularidade teve nos estudos de folclore um campo privilegiado para a disseminação de uma ideia que acabava por trancafiar o negro em nosso passado colonial. Muitos dirão que foram os folcloristas, os redutores daquela população, na medida em que graças aos mesmos, a população negra alagoana pode ter algumas de suas manifestações culturais e realidade evidenciadas por meio de estudos desenvolvidos por um conjunto de intelectuais locais que se inseriam num movimento nacional que poderíamos chamar de momento de redenção da população negra frente ao seu histórico preterimento por parte da classe letrada nacional. É bem verdade que em algumas obras de nossa historiografia clássica, a figura do negro não é nem sequer citada. Por outro lado, é exatamente junto à produção escrita de quem mais falou sobre o negro que perceberemos a construção de um discurso que acabou por invisibilizá-lo de nossa contemporaneidade. Referimos-nos aqui aos estudos de folclore, pois, mais importante do que observar quem falou sobre o negro ou não em sua escrita, é saber analisar como o mesmo foi abordado por quem mais se deteve em estudar suas manifestações socioculturais. É nesse sentido que pra nós está bem claro que na medida em que os estudos de folclore analisaram as realizações daquele segmento étnico, referindo-se às mesmas como sendo “heranças”, “reminiscências”, “sobrevivências”, etc, acabaram trancafiar aquela população num passado distante, qual seja, o de nossa história colonial, o que, por sua vez, fez com que estudos da realidade contemporânea do negro no pós-abolição no estado de Alagoas não fossem desenvolvidos. A consequência subsequente é exatamente o não se debruçar sobre problemas concretos de exclusão e marginalização daquele segmento. Os estudos de folclore estão dentro de um momento histórico caracterizado pelo reconhecimento do negro enquanto segmento importante de nossa formação socioeconômica. No entanto, é nesse mesmo momento que vai ser construída o mito de formação do que viria a ser o “povo brasileiro”, sendo este o resultado da mistura das três raças: negros, índios e brancos. Nesse momento, as

particularidades étnicas constitutivas de nossa população deveriam ficar para trás. Esta tarefa foi bem sucedida em Alagoas, onde os estudos/representações de folclore tiveram/tem vida longa.

Pelo quadro apontado acima, o debate político sobre o negro em alagoas sempre se constituiu num problema. A classe letrada local sempre fez de tudo pra reduzir as referências àquele segmento étnico ao âmbito do cultural, do folclórico, limitando as possibilidades de manifestações negras ao “fazer espetáculo pra branco ver”, significando a manutenção e reprodução de uma prática que se traduz em meras apresentações culturais das mais variadas modalidades, tais como capoeira, afoxés, bandas percussivas, as próprias manifestações folclóricas, etc.

Foi exatamente por perceber tal situação que surge o Instituto do Negro de Alagoas – INEG/AL com o objetivo de elevar o patamar do debate concernente à população negra local. O desafio posto é exatamente o de dar uma guinada que vai do lúdico ao político-reivindicatório. Dessa forma, o INEG/AL tem pautado suas ações de forma a buscar conquistas concretas que se traduzam em transferência de capital cultural e financeiro para a população negra alagoana por parte das instituições que compõem o estado. Foi nesse sentido que impulsionamos o debate relativo à adoção da política de cotas raciais no âmbito dos cursos de mestrado e doutorado da Universidade Federal de Alagoas, tendo sido o curso de mestrado em História, o primeiro com o qual dialogamos e que teve a implementação desta política na prática. Posteriormente, junto ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB/UFAL e a alguns programas de pós-graduação conseguimos instituir a Comissão de Cotas na Pós por meio de portaria desta Universidade.

Ainda no âmbito do ensino superior, agora com o intermédio do Ministério Público Estadual, temos estabelecido um diálogo com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas, a FAPEAL. Nosso intuito tem sido o da criação de um programa de concessão de bolsas de mestrado e doutorado para negros e indígenas. Como fruto de nosso debate, conseguimos fazer com que esta Fundação instituisse por meio de portaria, a Comissão de Tecnologias Sociais e Políticas Afirmativas da qual também fazemos parte.

Ainda nos utilizando da parceria com o MPE, demos início a um diálogo com a Imprensa Oficial Graciliano Ramos, órgão do estado historicamente responsável pelo fomento, difusão e publicação da produção escrita local. Nosso objetivo é fazer com que a referida Imprensa constitua iniciativa que garanta a publicação, o fomento e a difusão da produção escrita negra e indígena local.

Em parceria com o Instituto Federal de Alagoas – IFAL temos contribuído com a implementação de comissão verificadora nos processos seletivos dos cursos de pós-graduação da instituição, visando impedir a fraude na auto declaração.

O fortalecimento de organizações negras é fator fundamental no processo de enfrentamento ao racismo e na promoção da população negra, é nesse sentido que temos contribuído com o fortalecimento da Associação de Negras e Negros da UFAL, a ANU.

É dessa forma que nós do Instituto do Negro de Alagoas – INEG/AL, temos enfrentado as formas mais variadas de dominação.